

AMAZÔNIA: PROTEÇÃO ECOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO COM A FLORESTA EM PÉ

Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na Organização das Nações Unidas
em 23 de março de 1992

Senhoras e senhores,
Amigas e amigos,
Companheiras e companheiros,

Expresso minha alegria por estar aqui em Nova York para discutir um assunto de tanta importância para o futuro da humanidade.

Manifesto, igualmente, meu agradecimento pelo convite que me permite expressar nosso ponto de vista sobre a situação atual e o futuro da Amazônia.

Essa discussão faz parte de um debate mais amplo sobre os problemas ambientais do planeta, que estarão no centro das preocupações da ECO-92.

A situação ambiental não pode ser separada de um conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais, culturais e éticos, sobre os quais gostaria de fazer uma breve introdução.

Cinco anos após ter sido convocada, a ECO-92 se realiza numa conjuntura internacional radicalmente distinta daquela existente em 1987.

As mudanças não são apenas de ordem geopolítica, a partir da crise no Leste Europeu e do fim da União Soviética, bem como da intensificação da hegemonia militar dos Estados Unidos com a Guerra do Golfo. Elas são principalmente de ordem econômica e social.

Crescem os sinais inquietantes da recessão nos países desenvolvidos e se aprofunda a crise das economias periféricas, particularmente na América Latina.

Meu país, o Brasil, vive há doze anos um quadro que oscila entre a estagnação e a recessão

Alguns países do continente, que aplicam duros programas do chamado "ajuste econômico", podem comemorar algum êxito no combate à inflação, mas nenhum ostenta qualquer melhoria na situação social. O que vemos por toda a América Latina é o crescimento do desemprego, da pobreza e da miséria.

Vão-se decompondo nossos precários sistemas de educação, saúde e previdência. Ressurgem epidemias como o cólera, que provocam milhares de mortes entre os mais pobres. Milhões de jovens e de crianças mergulham na desesperança, quando não são atirados diretamente no abandono, na prostituição ou na violência criminal.

É por todas essas razões que lanço desta tribuna uma advertência indignada: **A PRINCIPAL ESPÉCIE AMEAÇADA EM NOSSOS PAÍSES - E NO BRASIL EM PARTICULAR - É O SER HUMANO.**

Esse genocídio silencioso tem suas causas econômicas, que também estão na base da degradação ambiental de nossos países.

Uma dessas causas é a Dívida Externa, que já pagamos tantas vezes e cada dia se torna maior.

Uma dessas causas é o aviltamento de nosso comércio exterior, conforme os países ricos vão nos impondo o fim das barreiras alfandegárias, enquanto praticam formas abertas de protecionismo, como ficou patente nos impasses do GATT e na própria viagem de Bush ao Japão.

Uma dessas causas é o sucateamento de nossa indústria, condenada ao estrangulamento como consequência da ofensiva neo-liberal e da defasagem tecnológica, que cada dia nos separa mais do mundo desenvolvido.

Mas há também causas políticas.

Alguns governos tentam reduzir os problemas ambientais do planeta à preservação das florestas, em particular da Amazônia.

Como brasileiros que somos e, portanto, indiscutivelmente soberanos sobre a maior parcela territorial da Amazônia, queremos manifestar nosso contentamento pelo crescente interesse que os países desenvolvidos vêm manifestando pela preservação da floresta amazônica.

Mas é preciso exigir dos países ricos que tenham preocupação idêntica com a contaminação atmosférica, com a destruição da camada de ozônio e com diversas outras formas de poluição ambiental que seguem presentes em seus próprios territórios.

Estamos abertos à cooperação internacional no plano ecológico e rejeitamos - com veemência - o discurso falsamente nacionalista das elites latino-americanas e dos governos que levantam o fantasma da ingerência externa, como pretexto para prosseguir na criminosa política predatória que já produziu devastações gigantescas.

Exigimos, no entanto, que a cooperação se apóie nos princípios básicos do respeito à soberania nacional dos países amazônicos sobre a floresta, assim como na co-responsabilidade dos países ricos por outros desequilíbrios ambientais que aviltam a condição humana na região: falta de saneamento básico, inexistência de redes de esgoto, precariedade do sistema educacional, força-de-trabalho sujeita à permanente insalubridade e salários de fome.

Com essa introdução, sinto-me em condições de concentrar o foco de nossa análise sobre a problemática da Amazônia.

No Brasil, logo após as eleições presidenciais de 1989, decidimos criar um Governo Paralelo para articular a oposição democrática, tentando expressar a opinião dos 31 milhões de votos a nós conferidos no segundo turno daquela disputa.

A função básica desse organismo é acompanhar as políticas do atual governo e formular propostas alternativas para o país, sob a ótica das maiorias exploradas e marginalizadas.

Passo a resumir os itens básicos do abrangente estudo formulado pelo Governo Paralelo sobre a Amazônia, que estamos lançando no Brasil neste exato momento, e deixo aqui, à disposição de todos, a íntegra do documento sobre o tema.

Por dezenas de anos a Amazônia foi apresentada ao mundo como uma região uniforme, despovoada e monótona, sem diversidade física e biológica. Um espaço sem gente e sem história, sujeito a qualquer manipulação através de planejamento feito à distância.

As elites governantes destinaram à região políticas públicas que resultaram em enormes fracassos. Houve reconhecidos fracassos na política indigenista, fundiária, agrícola, de transportes, de mineração e hidrelétrica.

Acima de tudo, vem se registrando profundo desprezo pelo destino das populações tradicionais, dependentes das florestas e dos igarapés: índios, seringueiros, castanheiros e beiradeiros

A implantação de rodovias no coração da selva, sem qualquer previsão de impactos físicos, ecológicos e sociais acarretou frentes múltiplas de devastação. Houve criminosa omissão quanto à proteção da sanidade das águas dos rios e igarapés, de onde provém o peixe, alimento principal e razão da sobrevivência da população pobre da região.

Desde há muitos anos, vêm ocorrendo estímulos desequilibrados à grande e pequena mineração, sem nenhuma preocupação com a cadeia de consequências. Está muito longe de ser solucionada a invasão de reservas indígenas com vistas à garimpagem.

Esses fatos demonstram que a abertura da Amazônia ao mundo externo - sob a égide de um capitalismo indiscutivelmente selvagem - provocou a mais feroz projeção de uma sociedade desigual sobre espaços herdados da natureza, de que se tem notícia ao final do século 20.

Tal invasão fez instalar um caos fundiário generalizado e provocou enorme saque aos recursos naturais básicos e riquezas do subsolo, produzindo ampla desordem ecológica.

Implantada a desordem ecológica e social, as situações de conflito atingiram níveis tais que implicam, ao mesmo tempo, em deterioração do meio ambiente e conflitos sociais agudos: os dois mais graves problemas ambientais da Amazônia Brasileira.

Após 30 anos de interferências complexas na região, torna-se inadiável a criação de uma nova atmosfera de convivência e entendimento na Amazônia, alterando radicalmente o quadro atual de injustiças sociais e agressões ambientais resultantes do elitismo e da incompetência dos governantes que se sucederam.

Vivem atualmente na Amazônia Brasileira 250.000 índios; 4.500.000 seringueiros, beiradeiros, ilhéus e castanheiros; 550.000 garimpeiros; 5.000.000 de trabalhadores braçais, funcionários e peões semi-nômades; além de alguns milhões de habitantes urbanos, espalhados por grandes, médias e pequenas cidades.

Esse contingente humano deve estar no centro das atenções de qualquer proposta de proteção ambiental para a Amazônia, especialmente da política a ser sustentada por uma administração pública radicalmente distinta da atual, que venha a se orientar por uma concepção democrática e popular, valorizando o desenvolvimento ecologicamente equilibrado e a justiça social.

Em suas linhas mais gerais, nosso projeto global para o desenvolvimento da Amazônia com o máximo da floresta em pé, compreende as seguintes diretrizes básicas:

1. Introduzir uma política de convivência e co-habitação pacífica entre as comunidades humanas pertencentes a diferentes culturas, subculturas e economias, visando pôr fim aos violentos e intermináveis conflitos existentes entre fazendeiros e índios, latifundiários e posseiros, garimpeiros e índios, índios e peões das agropecuárias, seringueiros e madeireiras.
2. Incentivar um amplo processo de reconstrução da biodiversidade, levando em conta sua importância para o país e para o planeta, em termos de patrimônio genético e reserva para a pesquisa médico-farmacêutico, bem como para a viabilização de atividades econômicas auto-sustentáveis no interesse da população regional: palmáceas comestíveis (açaí, pupunha), oleaginosas (dendê), e cultivos sombreados nas bordas de matas (cacau, frutíferas).
3. Reformular radicalmente a irresponsável política de abertura de estradas, que vem se desenvolvendo desde o período da construção de Brasília, com multiplicação dos corredores de devastação, que já produziram perdas irreparáveis ao meio ambiente amazônico. Não autorizar a construção de novas estradas, antes de se implantar um novo sistema de gerenciamento das rodovias atuais, voltado para a preservação ambiental e para um real atendimento das comunidades locais e dos viajantes;
4. Mudar a legislação que autoriza o desmate de até 50% de qualquer gleba na Amazônia, independente do prazo e tipo de terreno, pondo fim à fraude consistente em considerar como "benfeitoria" toda área já desmatada. Manter sob rígido controle todos os tipos de empreendimentos baseados no desmate (madeireiras, pecuárias, mineradoras etc), fazendo com que os gigantescos latifúndios existentes na região não possam derrubar mais que 0,5% de sua área total.

5. Cercar todas as atividades agrícolas na Amazônia de fortes precauções com vistas à preservação ambiental, incluindo a proibição taxativa dos agrotóxicos, técnicas corretas de manejo e recuperação dos solos, limitação ao desmate proporcional à dimensão da gleba, e ainda a exigência de intervalos para prosseguimento das diferentes etapas de cada projeto, de modo a verificar a resposta dos solos e ecossistemas.

6. Admitir projetos de reflorestamento única e exclusivamente

em determinados trechos de áreas já predadas, proibindo-se a derrubada da floresta original para implantação de sistemas de reflorestamento com espécies alienígenas.

7. Preservar a qualidade das águas da Amazônia, através de medidas que vão da proibição dos agrotóxicos ao incremento das obras de saneamento básico em todas as cidades amazônicas, passando pela busca de alternativas obrigatórias ao uso do mercúrio na mineração e exigência de tratamento **terciário** das águas provenientes de qualquer indústria potencialmente poluidora.

8. Consolidar o modelo das reservas extrativistas, surgidas a partir da experiência heróica dos seringueiros do Acre, que se constituem numa forma de utilização social da floresta e garantem a sobrevivência da população com uma produção auto-sustentada que preserva amplamente a biodiversidade regional.

9. Implantar na região uma Reforma Agrária que tenha particularidades condizentes com a natureza especial de uma área que, além de gigantesca, é de interesse planetário na ótica da defesa ambiental. Consolidar as reservas extrativistas, anular as negociatas cartoriais que ensejaram a apropriação de terras devolutas, limitar drasticamente o tamanho máximo permitido para as glebas, desapropriar todas as terras vinculadas ao narcotráfico etc.

Estas são, em suas linhas mais gerais, nossas principais propostas para a defesa ambiental e desenvolvimento da Amazônia.

Com milhares de trabalhadores, criamos nos anos 80 um novo movimento social no Brasil, renovamos o sindicalismo e formamos um partido que deu voz àqueles que sempre viveram marginalizados.

Meu partido se preocupa com a ecologia porque somos um partido de trabalhadores. São os trabalhadores do campo e da cidade as principais vítimas da degradação ambiental: nas fábricas, nos bairros poluídos, nas lavouras infestadas de agrotóxicos.

Meu partido é ecologista porque é socialista e democrático.

Porque somos socialistas e democráticos, pregamos novas formas de organização da produção e novas relações de trabalho, que são incompatíveis com os critérios produtivistas - poluidores e autoritários - do capitalismo ou do socialismo burocrático.

Buscamos construir uma nova sociedade, fundada nos valores da liberdade e da justiça social. A preservação ambiental é um dos legados que queremos deixar às futuras gerações.

É por estas razões que tantos ambientalistas participaram da fundação e construção de nossa proposta. Porque compreenderam que a luta ecológica é - antes de tudo - a luta dos trabalhadores. E que a luta ecológica não poderá ser vitoriosa enquanto a terra estiver concentrada nas mãos de poucos, as fábricas forem o inferno que hoje são e, as cidades, insalubres depósitos humanos.

Alguns de nós começamos pela luta sindical. Outros, defendendo o meio ambiente. Outros, exigindo melhores condições de habitação, saúde, escola ou transporte. Outros, lutando pelos direitos da mulher. E outros, por suas convicções intelectuais, éticas ou religiosas.

Todos trilhamos o caminho que leva a uma sociedade livre, justa, capaz de preservar a natureza e construir novos valores políticos e morais.

Muitos caíram nesse caminho. Mas com seu exemplo iluminaram o trecho que ainda devemos percorrer. Quero terminar prestando uma homenagem àquele que talvez tenha sido o mais humilde e o mais eficaz dos ecologistas de nosso tempo. Um trabalhador símbolo de nosso combate. Um homem que soube articular a luta pela Reforma Agrária com a defesa ambiental. A luta pela democracia com o socialismo. E tombou barbaramente assassinado em dezembro de 1988, para tornar-se o grande símbolo internacional da luta dos trabalhadores em defesa do meio ambiente e da justiça.

Refiro-me a nosso companheiro, sindicalista, ecologista e militante do Partido dos Trabalhadores. CHICO MENDES.

Muito obrigado.